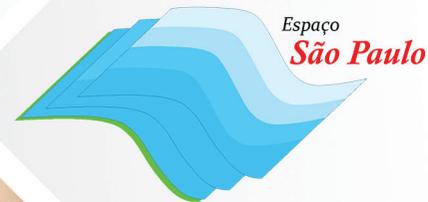


Correnteza

Informativo do SIGRH | Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - São Paulo

Ano 9 - nº 45
Especial | Jul/Dez 2018



Balanço 2015-18

Esta edição especial do Correnteza traz um balanço dos muitos avanços e grandes desafios que fizeram parte dos últimos quatro anos de gestão



GUIA DO SISTEMA PAULISTA DE RECURSOS HÍDRICOS



Editorial

Foto: Arquivo CRHI



Há pouco à frente da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e conhecendo de longa data o SIGRH constatei de forma mais direta sua complexidade e o comprometimento das pessoas e instituições envolvidas. Mesmo com o pioneirismo paulista, temos muito por fazer, como aprimorar cada vez mais nossos procedimentos.

Este mês, por exemplo, completamos 23 anos da assinatura do primeiro contrato de financiamento do FEHIDRO. Desde então, o Fundo dá apoio financeiro às ações previstas nos planos de recursos hídricos, atendendo às prioridades definidas em discussões públicas. Foram mais de R\$ 1.4 bilhões investidos em cerca de 6.500 empreendimentos (incluindo a fonte Cobrança pelo Uso da Água).

A Pasta, ciente da necessidade de melhorar o Fundo, trabalhou para sua reestruturação. O trabalho abrangeu aspectos operacionais, mudança da regulamentação e a estratégia de implantação. O objetivo foi torná-lo mais ágil e eficaz, atendendo com mais celeridade às expectativas dos atores para beneficiar diretamente a população.

Assim como o FEHIDRO, os planos de recursos hídricos também são instrumentos estratégicos para a gestão. Decorridos mais de 20 anos da aprovação da Lei 9034/94, que instituiu o único PERH aprovado por lei, decidimos discutir um novo conceito. Em dezembro de 2016 foi editada a Lei Estadual 16.337/2016 que aprimorou os mecanismos do Plano Estadual. A Lei aprovada busca promover maior integração entre as ações previstas no PERH e no Plano Plurianual (PPA), atualizou conceitos de legislações

anteriores e dos Programas de Duração Continuada do PERH, introduziu demandas originadas pelas lições da crise hídrica, como a necessidade de previsão de restrições de uso nos planos de bacias e incluiu como beneficiários do FEHIDRO pessoas jurídicas consumidores dos sistemas de abastecimento de água.

Ainda como instrumento estratégico, o processo de implantação da Cobrança pelo Uso da Água também merece destaque quando fazemos um balanço da atual gestão. Até 2014, tínhamos a cobrança implementada em apenas seis das 22 UGRHs. Neste final de gestão, estamos prestes a completar o quadro visto que temos mais 13 UGRHs com cobrança implantada e as últimas três (Alto Paranapanema, Litoral Norte e São José dos Dourados) tem o início da cobrança previsto para o segundo semestre de 2019. Em termos financeiros, implica na arrecadação anual de cerca de R\$ 150 milhões destinados exclusivamente para a melhoria dos aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos hídricos.

Pioneiro ao instituir a política de recursos hídricos com descentralização e participação social, São Paulo também passou por uma época de tensões ao vivenciar a maior crise hídrica já observada ao longo da série histórica com 84 anos de registros hidrometeorológicos. A longa estiagem na Região Sudeste – particularmente na área de abrangência do Sistema Cantareira - constituiu um duro golpe para o sistema de abastecimento de água da RMSP. Mas o estado saiu na frente e, graças ao planejamento do setor, já tínhamos um ferramental disponível que nos permitiu executar obras rapidamente para combater a escassez. Ainda aproveitamos o volume morto do reservatório, reduzimos as pressões na rede e concedemos bônus para a população. Com uma combinação de ações conseguimos superar a crise, reduzindo o transtorno da população. Hoje constatamos uma

mudança de padrão de consumo significativa por parte da população e conseguimos um aumento da segurança hídrica (diminuição do risco de desabastecimento).

Além de todas as obras e ações que foram feitas na região do Alto Tietê, destaca-se outra conquista para aumento da oferta de água e também da segurança hídrica. Duas novas obras terão início em breve, as barragens que serão construídas em Amparo e Pedreira trarão grande reserva de água para as bacias PCJ e ajudarão em duas situações: na seca, para não faltar água como aconteceu recentemente, e na época da cheia, para evitar as enchentes. As obras serão financiadas pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e terão investimento de 427,1 milhões de reais do governo estadual.

Foi extremamente relevante, dadas as complexidades técnica e política envolvidas, a renovação da outorga para uso das águas do Sistema Cantareira, com robustos benefícios e garantias, tanto para a região doadora como para a receptora das águas. No campo da gestão merecem destaques as profundas melhorias no processo de concessão de outorgas pelo DAEE, com simplificação do processo e redução do tempo de expedição do ato administrativo; e a concepção de um plano de fiscalização para melhor cumprimento da missão institucional daquela Autarquia.

Muitos avanços e grandes desafios fizeram parte do nosso dia-a-dia nessa gestão. Precisamos de disposição para aprendermos juntos e cumprirmos nosso papel. Consolidamos uma linha de trabalho e ficarão aprendizados e uma agenda para avaliação do próximo governo. É do senso comum que a água é um bem finito e, sendo assim, esse recurso natural precisa ser cuidado para que tenha sustentabilidade para o benefício das gerações futuras.

Ricardo Daruiz Borsari
Secretário da SSRH

Comitês PCJ prestam homenagens durante comemoração de 25 anos



Foto: Agência PCJ

O primeiro comitê de bacias instalado no Estado de São Paulo completou 25 anos de existência em uma comemoração na Câmara de Vereadores de Piracicaba com uma Sessão Solene restrita a convidados, em novembro. Na ocasião, 36 pessoas foram homenageadas.

O coordenador de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, Rui Brasil Assis, integrou a mesa de autoridades juntamente com Luiz Roberto Moretti, secretário-executivo do CBH-PCJ e

secretário-executivo do PCJ FEDERAL; José Maria do Couto, presidente do CBH-PJ e 1º vice-presidente do PCJ FEDERAL; Barjas Negri, prefeito de Piracicaba e presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL; Marco Antônio dos Santos, vice-presidente do CBH-PCJ e 2º vice-presidente do PCJ FEDERAL; Sebastião Bosquilia, secretário-executivo adjunto do CBH-PCJ, e Sergio Razera, diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ.

Primeiro secretário executivo do

CBH-PCJ, Rui Brasil recebeu um troféu como homenagem por todos os serviços prestados. Durante sua explanação, destacou a moderna política de recursos hídricos das Bacias PCJ e o empenho de todas as pessoas envolvidas em prol de milhares de usuários da água. “Importante é o resultado na busca de soluções. Na época, a instalação foi constituída por várias mãos, inclusive da sociedade civil e da classe política”, falou ao nomear agentes que ajudaram a construir a história.

E os parabéns também vão para:



24 anos

Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê (CBH-BT)



24 anos

Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT)



24 anos

Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema (CBH-MP)



24 anos

Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul (CBH-PS)



23 anos

Comitê da Bacia Hidrográfica do Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT)



23 anos

Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré (CBH-TJ)



22 anos

Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê Batalha (CBH-TB)



21 anos

Comitê da Bacia Hidrográfica do Litoral Norte (CBH-LN)



21 anos

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados (CBH-SJD)



20 anos

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)



9 anos

Agência das Bacias PCJ



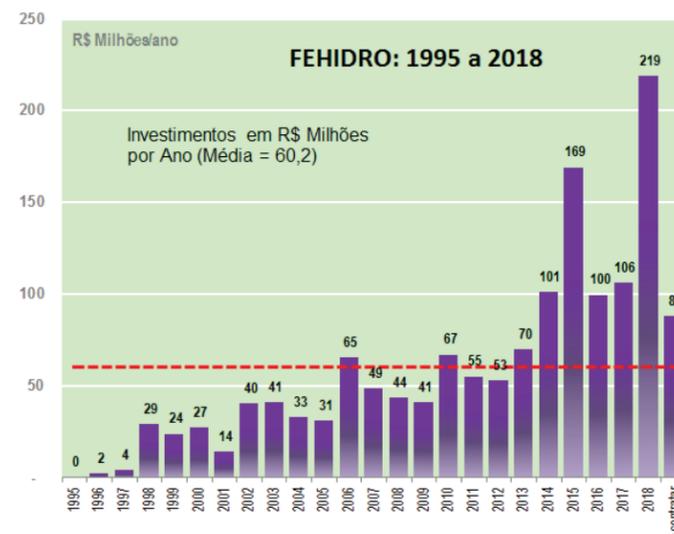
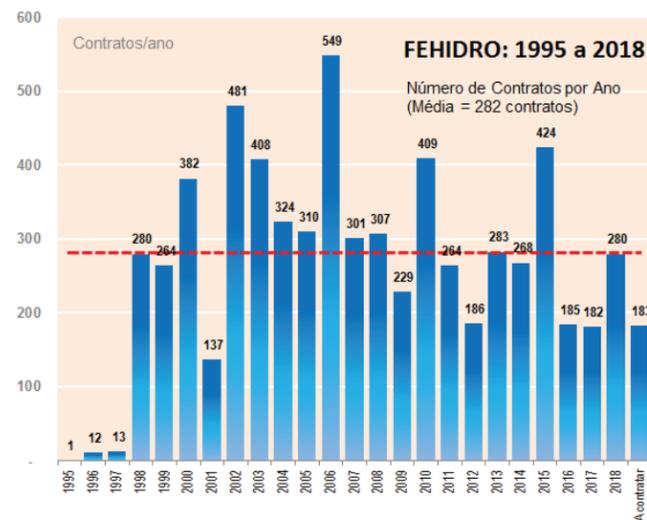
6 anos

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema (CBH-Paranapanema)

FEHIDRO financia mais de R\$ 1.4 bilhões para melhorias na gestão das águas paulistas

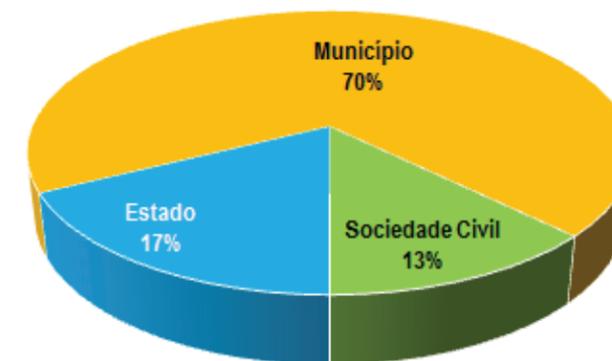
Dezembro de 1995. Data em que foi assinado o primeiro contrato de empreendimento financiado pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO (Construção da ETE do Jardim São Nilo/PM de Pedreira). Desde então, o Fundo colabora efetivamente para a gestão das águas paulistas. Nesses 23 anos, foram mais de R\$ 1.4 bilhões investidos em mais de 6.500 empreendimentos (incluindo os projetos financiados com recursos da Cobrança pelo Uso da Água).

Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos empreendimentos contratados por meio do FEHIDRO, assim como a distribuição de recursos por segmento (Estado, Municípios e Sociedade Civil) e pelas tipologias de empreendimento.



Investimentos totais por segmento

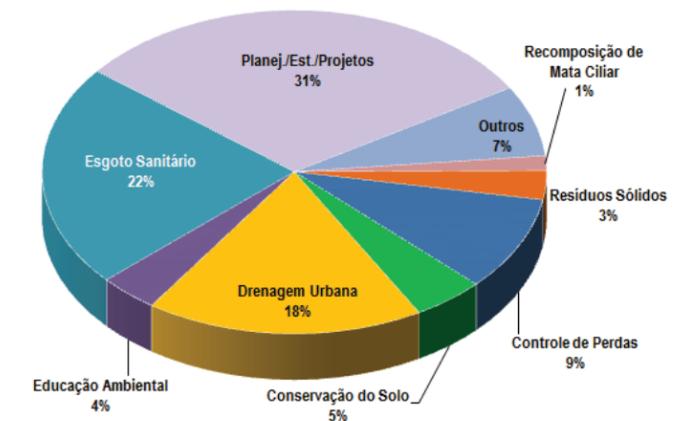
100% = R\$ 1473 milhões, de 1995 a 2018



FEHIDRO: de 1995 a 2018

Investimentos por tipologia de empreendimentos

100% = R\$ 1473 milhões



Sobre o Fundo

O Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SSRH), criado pela Lei 7.663/91 e regulamentado pelo Decreto 37.300/93, alterado pelo Decreto 48.896/2004, tem por objetivo dar suporte financeiro à implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e às ações correspondentes.

Os empreendimentos financiados pelo FEHIDRO são inicialmente indicados pelos colegiados do SIGRH e enquadrados conforme as prioridades estabelecidas no Plano

Estadual de Recursos Hídricos, que fornece as diretrizes, objetivos e metas para realização de programas de aproveitamento, proteção, recuperação, controle e conservação de recursos hídricos.

Atualmente são duas as principais fontes de receita do FEHIDRO: recursos da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH) e a cobrança pelo uso da água (Lei Estadual nº 12183/05), com preços definidos pelos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs). Embora a aprovação da Lei 13.661/18 (altera as parcelas pertencentes aos Estados

e municípios do produto da CFURH) tenha reduzido significativamente a arrecadação do Fundo, a estimativa para 2019 é bastante otimista, visto que a inclusão de receitas advindas das licenças das APRMs e multas de outorga do DAEE, somados aos recursos da cobrança pelo uso da água, levam o orçamento previsto para cerca de R\$ 178 milhões.

A aplicação dos recursos da compensação financeira se dá com base em um plano de aplicação anual, aprovado pelo Conselho de Orientação do Fundo - COFEHIDRO, onde são estabelecidas as destinações para

investimentos e custeio, enquanto que a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água obedece a um plano de aplicação aprovado no respectivo CBH.

A operação do FEHIDRO é baseada em normas estabelecidas por seu Conselho, com destaque para os Manuais de Procedimentos Operacionais de Investimento e Custeio, ressaltando-se que, com base nas diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos, adotou procedimento inovador na administração pública, com ênfase na descentralização das decisões.

Reestruturação

Com o objetivo de melhorar a eficiência operacional e da aplicação dos recursos movimentados pelo Fundo, a reestruturação do FEHIDRO foi um dos destaques desses quatro anos de gestão. O trabalho teve início em janeiro de 2016 e foi realizado pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, abrangendo aspectos operacionais, ajustes no sistema informatizado que dá apoio à operação do Fundo (SINFEHIDRO), mecanismos de regulamentação, bem como a proposição de estratégia de implantação do projeto.

Entre as propostas principais do trabalho está a substituição dos atuais

agentes técnicos do FEHIDRO (ATs) por uma equipe multidisciplinar que, além das tarefas desempenhadas atualmente, terá que apoiar a capacitação das instâncias que fazem parte do processo, desde a elaboração de propostas pelos tomadores até a indicação pelos colegiados.

Para o próximo governo, seguem os encaminhamentos de alteração no decreto de regulamentação do FEHIDRO (em tramitação), assinatura de termos de cooperação com as secretarias que fazem parte do atual conjunto de ATs para apoio ao processo de transição e licitação para contratação de equipe.

Cobrança pelo Uso da Água triplica durante gestão

Os objetivos são simples: reconhecer a água como bem público de valor econômico, incentivar o uso racional e sustentável da mesma, obter recursos financeiros para financiamento de programas e utilizar a cobrança da água como instrumento de planejamento. Assim nasceu a Cobrança pelo Uso da Água, importante instrumento na gestão dos recursos hídricos.

Felizmente a Cobrança cresceu muito desde o início da gestão em 2015. Prova disso é que, atualmente já se pode investir na recuperação e preservação dos corpos d'água de 19 das 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs) do Estado.

E não para por aí. As três UGRHs

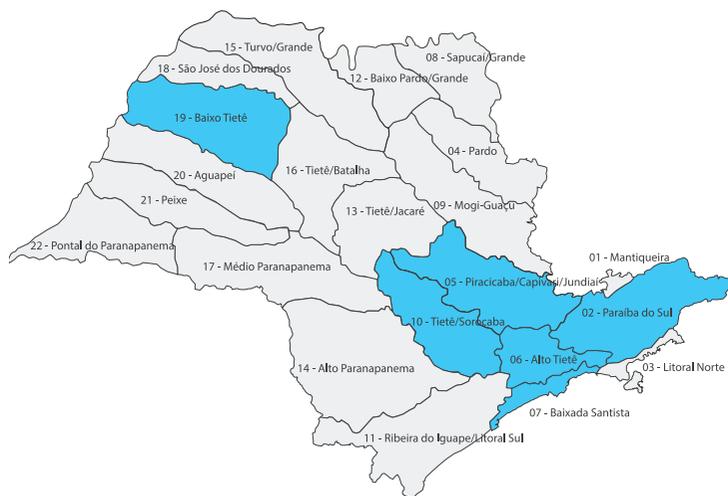
que ainda não implantaram a Cobrança estão em fases finais dos processos. O Alto Paranapanema, por exemplo, teve a cobrança aprovada por decreto e está em fase de emissão de boleto. Já as propostas das UGRHs São José dos Dourados e Litoral Norte serão analisadas na reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), prevista para o próximo dia 19. Se aprovadas, o estado passará a ter 100% das UGRHs cobrando até o segundo semestre de 2019, o que implica na arrecadação anual de cerca de R\$ 150 milhões em recursos destinados exclusivamente para a melhoria dos aspectos qualitativos e quantitativos dos recursos hídricos.

Como funciona

O preço cobrado para usos urbanos e industriais é proposto pelo Comitê de Bacia Hidrográfica, após debate regional, enquanto quem efetua a Cobrança são as agências de bacias hidrográficas e caso não haja agências instaladas, o Departamento de Água e Energia Elétrica/DAEE, entidade responsável pela outorga de direito de uso.

Os recursos vão para uma conta no FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídrico) e são destinados à bacia em que foram arrecadados, sendo aplicados em programas, projetos, serviços e obras que tenham o objetivo de gerenciar, fiscalizar e recuperar os recursos hídricos.

UGRHs com cobrança implementada até 2014



UGRHs com cobrança implementada até 2018



Relatório de Situação 2017

A publicação do Relatório de Situação-base 2017 acontecerá após aprovação na próxima reunião do CRH. O documento, previsto na Lei nº 7.663/91, traz análise da demanda, além da disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos no Estado de São Paulo.

O relatório também destaca a execução dos compromissos assumidos no PERH 16-19, a atuação dos colegiados que compõem o SIGRH e a avaliação dos instrumentos de gestão.

Vale ressaltar que desde o início da gestão os relatórios foram atualizados, anualmente, seguindo o cronograma.

O material estará disponível em www.sigrh.sp.gov.br.

Plano Estadual (PERH)

O então Governador Geraldo Alckmin sancionou, em dezembro de 2016, o Projeto de Lei nº 192/16, que se tornou a Lei Estadual 16.337/2016 e aprimorou os mecanismos do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Na prática, o trabalho representa a revisão da Lei 9.034/94, que aprovou o primeiro Plano Estadual e da Lei 7.663/91, a qual instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos. As mudanças foram ancoradas na experiência de mais de 20 anos de gestão do SIGRH.

O PERH é um instrumento de natureza estratégica que tem a função de orientar a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e o Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

Estado de São Paulo supera a maior crise de sua história

Em 2014, a Região Sudeste do Brasil e, em especial, o Estado de São Paulo, enfrentou uma das mais severas estiagens historicamente registradas. Estudos elaborados pela Agência Nacional de Águas (ANA) evidenciam que o ano de 2014 se destacou por uma seca extrema na região sudeste com probabilidade de ocorrência da ordem de 1%, ou seja, com período de recorrência em torno de 100 anos.

Com o índice pluviométrico baixo, a estiagem afetou o sistema de abastecimento de água em diversos municípios do Estado incluindo a Região Metropolitana de São Paulo.

Prova disso é que 13 municípios decretaram formalmente situação de emergência e outros tantos entraram em estado de atenção, o que permitiu aos municípios solicitar recursos da União para ações de socorro, assistência às vítimas e o restabelecimento de serviços essenciais.

A crise hídrica de 2014 contribuiu para acelerar o processo de tomada de decisão do Estado de São Paulo que – com base na interpretação dos estudos efetuados no âmbito do Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista – elencou e iniciou a implementação das obras emergenciais.

O Governo do Estado agiu de maneira efetiva e com ações de impacto: foram realizadas 34 obras para enfrentar a seca. Seis das principais intervenções puseram à disposição da população 12.000L/s de água, volume suficiente para abastecer 4,5 milhões de pessoas.

A interligação entre as represas de Jaguari (Bacia do Paraíba do Sul) e Atibainha (Sistema Canteira), que estava prevista para 2025, foi antecipada. Além de empregar 5,3 mil funcionários, a interligação beneficia 9,5 milhões de pessoas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) diretamente.

O Sistema Integrado de

Abastecimento de Água da Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS – ganhou reforço de 3,6 m³/s, água suficiente para atender 1,1 milhão de pessoas. Em 2016 a reserva hídrica foi ampliada em 31,5 milhões de litros, capacidade 8,5% maior que 2015.

Também foram entregues 25 novos reservatórios que possibilitaram a ampliação do estoque de água tratada em pontos estratégicos, minimizando intermitências no abastecimento. Na região metropolitana foram 164 mil m³.

O Sistema São Lourenço, um novo sistema que não existia em 2015, ampliou a oferta de água nova tratada em até 6.400 litros de água potável por segundo, atendendo uma área que antes era abastecida principalmente pelo Cantareira.

O Governo do Estado segue empenhado em melhorar o armazenamento de água, com obras que estão em andamento e campanhas de conscientização.

São Paulo recebe terceira certificação do Progestão/ANA

O Estado de São Paulo recebeu a terceira certificação do Programa Nacional de Consolidação do Pacto Nacional de Águas (PROGESTÃO), da Agência Nacional de Águas (ANA), sendo que nesta fase foi analisado o desenvolvimento tanto das Metas de Cooperação Federativa quanto das Metas de Gestão das águas no Âmbito do Estado, alcançando 90,7% de atendimento.

A primeira certificação, segundo o contrato firmado entre a entidade e o Estado de São Paulo, em 2015, foi estabelecida com base na aprovação, pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), do quadro de metas

pactuado com instituições do Estado para o desenvolvimento do Programa.

A segunda aconteceu em 2016, etapa em que foi analisado e pontuado o cumprimento de cinco metas de Cooperação Federativa, no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH.

A terceira fase se deu referente ao ano de 2017. Agora, o Estado está acompanhando e organizando informações, com vistas à elaboração dos relatórios necessários, referentes ao desenvolvimento de atividades referente ao ano de 2018 para receber a quarta e penúltima certificação.

Sobre o Progestão

É um programa da ANA de incentivo financeiro aos sistemas estaduais de recursos hídricos para aplicação exclusiva em ações de fortalecimento institucional e de gerenciamento de recursos hídricos, mediante o alcance de metas definidas a partir da complexidade de gestão (tipologias A, B, C e D) em que a unidade de federação se enquadra. O Estado de São Paulo, que aderiu ao Programa em 2015, assumiu a tipologia D, considerada a de maior complexidade.

Os documentos sobre o Progestão em São Paulo estão disponíveis em www.sigrh.sp.gov.br/progestao.

XX ENCOB destaca ações na gestão dos recursos hídricos do Brasil



XX ENCOB
ENCONTRO NACIONAL
DE COMITÊS DE BACIAS
HIDROGRÁFICAS
FLORIANÓPOLIS - SC
20 a 24 DE AGOSTO
DE 2018

O Estado de Santa Catarina recebeu, pela segunda vez, o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, ENCOB, em sua vigésima edição. Neste ano, o evento aconteceu entre os dias 20 a 24 de agosto, em Florianópolis, com o tema: o Futuro da Água: Desafios dos Comitês na Terceira Década da Política Nacional de Recursos Hídricos.

O objetivo principal do ENCOB 2018 foi reunir em um só lugar

segmentos voltados à gestão integrada e participativa e ao intercâmbio de vivências e experiências no processo de descentralização das ações de gestão dos recursos hídricos do Brasil.

Foram mais de 25 atividades, entre palestras, mesas redondas, debates, oficinas e apresentação de *cases*. Mais de 100 colaboradores, incluindo palestrantes nacionais e internacionais, de usuários de água, da sociedade civil e de órgãos governamentais, bem como de integrantes dos comitês de gerenciamento de bacia hidrográfica, federais e estaduais.

A próxima edição do ENCOB acontecerá em outubro de 2019 na cidade de Foz do Iguaçu/PR.

**Desejamos aos
representantes no
SIGH e a todos
parceiros boas festas
e um 2019 repleto de
realizações!**

Diálogo Interbacias traz a Natureza como tema principal



**DIÁLOGO
INTERBACIAS**
DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
EM RECURSOS HÍDRICOS

Organizado pelos Comitês de Bacias Hidrográficas, o Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos aconteceu nos dias 24, 25 e 26 de setembro em Avaré-SP e contou com debates, oficinas, rodas de diálogos e workshops. Neste ano, o tema que permeou os três dias de evento foi “A resposta está na natureza”.

O evento deste ano teve como meta dar continuidade ao processo de integração e articulação de programas, projetos e ações educativas com os

princípios da política estadual de gerenciamento de recursos hídricos, na área de atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, propiciando a troca de experiências, a mobilização e a capacitação permanente da sociedade.

Durante a abertura do evento, Andréa Cristina Cardoso, representante da Secretaria Estadual da Educação, destacou o amadurecimento dos comitês de bacias hidrográficas e afirmou que é importante agradecer todos que lutam pelo fortalecimento da educação ambiental. “São 4 milhões de estudantes e 1003 escolas trabalhando dentro do tema água. Estamos crescendo e o Diálogo Interbacias é o espaço ideal para estreitar os laços com os comitês e adquirir novas experiências”.



www.sigrh.sp.gov.br



facebook.com/sigrhsp



twitter.com/sigrh



youtube.com/sigrhsp

